

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Mortes: Químico, fez história no setor do petróleo	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	2
Título: O etanol não pode esperar	2
Título: União deve R\$ 1,13 bilhão a consumidores, diz Aneel	4
Título: Estado quer arrecadar mais com as petroleiras	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: Belo Monte suspensa.....	6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Cotidiano****Autor: Thiago Amâncio****Título: Mortes: Químico, fez história no setor do petróleo**

WILLIAM ZATTAR (1927-2017)

O petróleo foi um rio que passou na vida do químico William Zattar. Nas últimas sete décadas, ele acompanhou de perto o crescimento do Brasil atrelado ao combustível fóssil e fez parte da implantação de refinarias em locais estratégicos do país.

Filho de pais libaneses e mais velho entre cinco irmãos, formou-se em 1950 na Escola Nacional de Química (hoje ligada à UFRJ) e começou a trabalhar como técnico na Esso, onde fez carreira.

Ao longo dos anos, deixou os laboratórios e ocupou funções administrativas, comandando áreas de logística de transporte de combustíveis.

"Isso era importante para o desenvolvimento do país. Meu pai ia inaugurar posto de gasolina em cidades do interior onde não tinha posto, chegava de paletó e gravata e era aquela festa. Era como se estivesse chegando o governador", conta o filho Claudio.

Mesmo fora da Esso desde 1982, não se desligou do setor. É um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Petróleo e foi diretor geral do Sindicom, sindicato de empresas do setor de combustíveis.

Aficionado por corridas de cavalo –frequentava o Jockey Club Brasileiro, no Rio, desde a adolescência–, ia todos os anos a Paris para assistir ao Prêmio do Arco do Triunfo, um dos campeonatos mais importantes da categoria.

Apaixonado por música, tinha o samba como seu estilo predileto. Na última segunda-feira (3), o filho Claudio foi visitá-lo no hospital e colocou Paulinho da Viola para tocar. William morreu aos 90, ouvindo "Foi um Rio que Passou em Minha Vida". Deixa os filhos, Claudio e Guilherme, duas irmãs e cinco netos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia / Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: O etanol não pode esperar**

O setor sucroalcooleiro nacional, que já passou por diferentes ciclos desde o advento do Proálcool, vem enfrentando um longo período de crise, motivado, em grande medida, por má gestão governamental. A inexistência de ações concretas do governo atual para a recuperação efetiva da competitividade do etanol afasta cada vez mais a esperança de inversão desse cenário.

O caminho traçado até a atual configuração do setor sucroalcooleiro é conhecido, mas vale recordar. O último ciclo de prosperidade do setor e, sobretudo, do etanol teve fim com o anúncio da descoberta do petróleo do pré-sal e a crise econômica mundial de 2008. Desde então, o setor desacelerou as suas atividades e paralisou investimentos, mergulhando num período de crise, que persiste até os dias de hoje, motivado por uma soma de políticas equivocadas do governo.

Uma delas foi a política de controle de preços dos combustíveis fósseis, que, somada a desonerações, como o fim da Cide em 2012, subsidiou o preço da gasolina por um longo período, estimulando seu maior consumo e comprometendo a competitividade do etanol. Acometido pelos efeitos nocivos da política de preços do combustível fóssil, o setor sucroalcooleiro padeceu com aumento da dívida e corte na expansão dos investimentos e da produção. O resultado foi uma crise generalizada, que, em seu ápice, levou a dívidas de cifra próxima de R\$ 100 bilhões e ao encerramento de atividades em dezenas de usinas por problemas financeiros.

Em 2015, o aumento nas vendas de etanol acendeu uma luz no fim do túnel para o setor. Esse cenário resultou de três principais fatores: a volta da cobrança da Cide e a desoneração das alíquotas do PIS/Cofins sobre o etanol; os reajustes da Petrobrás no preço de refinaria; e mudanças nos regimes de ICMS para o etanol e a gasolina em alguns Estados. No fim de 2016, a nova política de preços da Petrobrás soou positiva ao setor sucroenergético, por dar certa previsibilidade à cotação dos produtos. No entanto, o fim da desoneração do PIS/Cofins e a manutenção de um valor baixo da Cide, que não incorpora as externalidades positivas do etanol, mantiveram o combustível renovável esquecido pelas políticas do governo.

Por isso, o resgate do setor sucroalcooleiro precisa ir além e passar por incentivos sólidos e direcionados, que não foram vislumbrados até o momento.

Um exemplo é a permanência da utilização errônea da Cide. Ela deve ser usada como um imposto ambiental, excluindo-a da preocupação de controle inflacionário. Esse acréscimo da Cide no preço da gasolina deve refletir a sua característica fóssil e incentivar o consumo do etanol, combustível limpo e renovável.

Abaixa competitividade do etanol e a falta de ações concretas levam os produtores a optarem pela maior produção de açúcar, ampliando a oferta global e forçando para baixo o preço internacional da commodity. A queda do preço externo, combinada à valorização do real, em 2016, reduziu fortemente a atratividade das exportações do açúcar, pressionando os preços internalizados em reais. Atualmente, o preço do açúcar de uso caiu de US\$ 0,23 para abaixo de US\$ 0,17 por libra-peso, mais de 20% de queda, levando o País a perder cerca de US\$ 2 bilhões em receita de exportação por ano, o que é incrível e muito ruim.

Por enquanto, o Programa Renova-Bio só apresenta intenções, sem nenhuma ação concreta. Isso vem provocando destruição de valor no setor sucroalcooleiro. Por fim, essa política errática levará a importações crescentes de gasolina e, pasmem, à importação de etanol americano em 2017. Isso sem falar no não cumprimento das metas ambientais acordadas na COP-21, em Paris. Estamos jogando fora a vantagem comparativa que o Brasil tem no campo da energia. É isso que o País precisa e deseja?

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Wart e Adriana Fernandes

Título: União deve R\$ 1,13 bilhão a consumidores, diz Aneel

O governo se apropriou indevidamente de R\$ 1,130 bilhão e se recusa a devolver o valor aos consumidores de energia elétrica. A restituição resultaria num desconto médio de 0,8% nas contas de luz de clientes de todo o País. Apesar dos apelos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a União ignora o pleito e descumpre uma lei há quatro anos.

Um ofício obtido pelo Estado demonstra a cobrança, pela Aneel, aos ministros do Planejamento, Dyogo Oliveira, e de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. O documento, assinado pelo diretor-geral do órgão regulador, Romeu Rufino, diz que é obrigação legal da União devolver o dinheiro arrecadado a mais para os consumidores e incluir o valor no Orçamento.

A Aneel, porém, não pode incluir o valor na tarifa sem que ele esteja no Orçamento. Neste ano, a agência se antecipou e enviou o ofício em 31 de março. O prazo final para apresentação da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018 termina em agosto.

É a quinta vez que a Aneel cobra o governo sobre essa devolução. Na primeira, em 2014, a resposta recebida foi que, "por decisão de instâncias superiores e/ou do Ministério do Planejamento", os valores não foram incluídos no Orçamento.

"Com a devida previsão orçamentária, a Aneel reverterá os correspondentes valores para a modicidade tarifária, com efeito redutor das tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica", diz o ofício enviado há uma semana.

O valor de R\$ 1,130 bilhão se refere a uma arrecadação a maior, feita entre 2010 e 2012, realizada para compensar Estados que teriam prejuízo financeiro com a conclusão de obras de conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Apesar dos benefícios ao País e à população das regiões isoladas, haveria redução no uso de usinas termelétricas para suprir esses locais e, conseqüentemente, da arrecadação dos Estados do Norte com o ICMS sobre os combustíveis fósseis.

Lei aprovada em 2009 estabeleceu uma cobrança extra, para compensar esses Estado. Entre 2010 e 2012, o governo arrecadou R\$ 747,8 milhões, que, corrigidos pela Selic, correspondem a R\$ 1,130 bilhão, segundo a Aneel. A lei também estabeleceu que eventuais saldos positivos decorrentes dessa arrecadação deveriam ser devolvidos.

O Ministério de Minas e Energia e do Planejamento confirmaram que receberam documento da Aneel e que o pedido está sendo analisado por técnicos. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Estado quer arrecadar mais com as petroleiras

Governo do Rio pede que a Agência Nacional de Petróleo altere o cálculo dos royalties pagos pelas empresas.

O governo do Estado do Rio de Janeiro está reforçando ofensiva para garantir um aumento da arrecadação de participações governamentais pagas por petroleiras em R\$ 2 bilhões ao ano.

Ontem, o secretário da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, Christino Áureo, foi à sede da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) reivindicar, principalmente, mudanças no cálculo de royalties.

O governo reivindica que a ANP utilize um preço de referência do barril do petróleo maior do que o atual, com o argumento de que a qualidade da produção

nacional melhorou e, segundo o Estado do Rio, as petroleiras estão conseguindo vender o óleo a um preço maior.

O caso está sendo analisado por técnicos da agência para uma possível mudança na regulamentação e também é analisado no Supremo Tribunal Federal (STF) desde março. Em comunicado, o governo informa que vai pedir a aceleração do processo.

"O objetivo do governo do Estado é que essa agenda possa ser absolutamente acelerada. Essas questões impactam diretamente na capacidade do Estado de prover infraestrutura para a indústria petroleira", afirmou Áureo.

Autuações. Na reunião de ontem com o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, e com deputados estaduais, o governo do Rio pediu que a agência reguladora inclua na sua pauta deste ano, e não em 2018 como previsto, uma regulação específica para as participações governamentais que incidem sobre o gás natural.

Também foi discutida a recente autuação da ANP das sócias do campo de Lula e cobrança de multa de R\$ 2,6 bilhões, por irregularidades no pagamento de royalty pela produção na área. Lula é operado pela Petrobrás, dona de 65% do negócio, que conta como parceiras a BG E&P Brasil, adquirida pela Shell (25%), e a Petrogal Brasil (10%).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Belo Monte suspensa

A Operação Lava-Jato chegou a Belo Monte. A Justiça determinou a suspensão da licença de operação da usina hidrelétrica localizada no Norte do país, no município de Altamira (PA). A decisão foi do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Por nove votos a favor e cinco contra, a Corte Especial entendeu que a empresa responsável pelo empreendimento, a Norte Energia, não realizou as obras de saneamento básico do município, uma das condicionantes ambientais para receber o licenciamento.

Segundo o desembargador federal Souza Prudente, a Norte Energia descumpriu todos compromissos ambientais e há quatro ações públicas ajuizadas, com decisões que já determinaram, entre outras coisas, a anulação dos licenciamentos do Ibama e o fim do repasse de recursos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que financiou o empreendimento.

“O projeto avançou sem respeitar decisões judiciais. Orçado em R\$ 16 bilhões, já custou mais de R\$ 30 bilhões. E só 50% das obras estão prontas porque o dinheiro foi desviado pela corrupção. Agora, a Lava-Jato chegou a Belo Monte porque essa decisão abre espaço para a Polícia Federal apurar quem desviou as verbas bilionárias dessa usina faraônica”, ressaltou Prudente.

O desembargador alertou que o processo que culminou na suspensão das operações é longo. “Nem licitação houve”, ressaltou. A decisão mais recente, contudo, manteve determinação da juíza federal da seção de Altamira Maria Carolina Valente do Carmo, de agosto de 2016, que cancelou as operações da usina. No início do ano, o presidente do TRF1, Hilton Queiroz, suspendeu a decisão da juíza. O Ministério Público Federal do Pará entrou com um agravo e a Corte Especial do TRF1, em processo relatado por Souza Prudente, cassou a suspensão de Queiroz, mantendo a da juíza.

Procurada, a Norte Energia afirmou que não tomou conhecimento da decisão. “Assim que tiver ciência ou for intimada, emitirá manifestação a respeito”, disse, em nota.

MME / ASCOM .